

# Urbanização e saneamento em Caxias do Sul, RS (1875-1930).

*Urbanization and sanitation in Caxias do Sul, RS (1875-1930)*

**Fabiano Quadros Rückert<sup>1</sup>**

## RESUMO



O objetivo deste artigo consiste em abordar uma parte da história das relações entre urbanização e saneamento na atual cidade de Caxias do Sul, localizada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Introdução do artigo apresenta algumas considerações sobre a historiografia da urbanização e sobre o processo de formação da antiga Colônia de Caxias. Na sequência, o texto aborda as primeiras ações da municipalidade voltadas para o saneamento, destacando o *Código de Posturas* de 1893 e o serviço de Asseio Público. A parte final do artigo contempla a criação de um sistema de abastecimento de água na cidade de Caxias do Sul – sistema que ganhou forma a partir da mobilização da sociedade e da cooperação entre a municipalidade e o governo estadual.

*Palavras-chave: Urbanização. Saneamento. Poder público. Caxias do Sul.*

## ABSTRACT



The purpose of this article is to address a part of the history of relations between urbanization and sanitation in the present city of Caxias do Sul, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The Introduction of the article presents some considerations on the historiography of urbanization and on the process of formation of the old Colony of Caxias. Following, the text addresses the municipality's first actions focused on sanitation, highlighting the Code of Postures of 1893 and the Neatness Publicservice. The final part of the article includes the creation of a water supply system in the city of Caxias do Sul – a system that took shape from the mobilization of society and cooperation between the municipality and the state government.

*Keyword: Urbanization. Sanitation. Public power. Caxias do Sul.*

<sup>1</sup> Doutor em História. Professor de História na UFMS – Campus Pantanal. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br

## *Introdução*

O processo de formação e desenvolvimento das cidades pode ser interpretado a partir de múltiplas perspectivas. Na bibliografia produzida por historiadores, geógrafos, sociólogos e arquitetos, a urbanização é analisada como um fenômeno complexo que envolve fatores naturais, padrões culturais, interesses econômicos e técnicas de organização e transformação do espaço.

No continente europeu, a coexistência de cidades da antiguidade greco-romana com núcleos urbanos medievais e metrópoles modernas, assim como os efeitos da industrialização e dos fluxos migratórios na transformação do espaço urbano, são temas recorrentes na historiografia. Na bibliografia europeia sobre as cidades encontramos autores focados na Antiguidade Clássica (ROSTOVTZEFF, 1977; COULANGES, 1982) ou nos centros urbanos medievais (PIRENNE, 1964; LE GOFF, 1992). A mesma bibliografia contém autores que abordam a história da urbanização numa perspectiva cronológica mais extensa (TOYNBEE, 1985, 1999; MUMFORD, 1998; SENNET, 2014). A valorização de determinadas cidades – como Paris, Londres, Madri ou Roma – e as iniciativas para reforma e conservação dos sítios urbanos históricos também são aspectos relevantes na bibliografia europeia.

A historiografia da América Latina absorveu influências dos estudos sobre urbanização produzidos na Europa e, ao mesmo tempo, procurou valorizar a experiência de colonização promovida por portugueses e espanhóis. Neste sentido, a obra do historiador argentino José Luis Romero, pode ser considerada referência na construção de uma reflexão sobre o desenvolvimento das cidades nas áreas de colonização espanhola (ROMERO, 2010). A importância das cidades para a organização política e econômica das colônias espanholas, assim como a participação dos cabildos no processo de independência, são temas destacados pelos historiadores hispano-americanos (IBARRA, 2000; CHIAMARONTE, 2007).

No Brasil, autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Capistrano de Abreu ressaltaram o papel das cidades na formação da Colônia (ABREU, 1998; HOLANDA, 2004; PRADO JÚNIOR, 2004). Na década de 1970, Milton Santos, Otávio Velho e Paul Singer produziram estudos sobre a urbanização no Brasil abordando as relações entre a industrialização, o êxodo rural e o crescimento da pobreza nos centros urbanos brasileiros (VELHO, 1973; SINGER, 1977; SANTOS, 1993, 2013). Na bibliografia mais recente, percebe-se o predomínio de estudos que abordam a urbanização brasileira numa perspectiva regional e que problematizam as diferentes práticas de apropriação social e cultural do espaço urbano.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O predomínio de estudos de âmbito regional é compreensível se considerarmos a extensão do território nacional e as diversidades socioeconômicas e demográficas existentes no Brasil. Ele também pode ser explicado pela necessidade de aprofundamento nas pesquisas sobre o transporte urbano, o destino dos resíduos, a gestão das águas, a preservação

O impacto da produção e exportação do café no desenvolvimento urbano de São Paulo, assim como a importância da imigração e das ferrovias para a urbanização paulista, são temas pesquisados por diversos autores (LANNA, 1993; SANTOS, 2002; LAPA, 2008; CAMPOS; 2011). Outro importante conjunto de estudos aborda a influência do higienismo e do urbanismo sanitarista nas reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras na transição do século XIX para o XX (BENCHIMOL, 1992; KROPF, 1996; CHALHOUB, 1996; MÜLLER, 2002). Cabe ainda uma referência à história das cidades planejadas, sendo Belo Horizonte e Brasília exemplos relevantes (ARRUDA, 2011; SILVA, 1997; RANGEL; LIMA, 2011).

Considerando a importância dedicada às questões econômicas e políticas, podemos afirmar que existe na historiografia brasileira uma interpretação sobre a dinâmica urbana baseada no desenvolvimento da economia – aqui entendida no sentido amplo da palavra – e nos conflitos entre os diferentes segmentos sociais que ocupam o espaço urbano. A dicotomia entre ricos e pobres (ou entre as elites e as classes populares) é certamente um aspecto marcante nos estudos de história sobre as cidades no Brasil contemporâneo. E os traços desta mesma dicotomia podem ser observados na produção dos geógrafos brasileiros (CARLOS, 2006; OLIVEIRA, 2006).

Diante do que foi exposto nesta breve revisão bibliográfica que intencionalmente incluiu geógrafos e sociólogos, importa ressaltar dois aspectos da urbanização brasileira que ainda não foram devidamente explorados: o primeiro diz respeito ao desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água e às técnicas de coleta e descarte do esgoto; e o segundo diz respeito ao trabalho das municipalidades na implantação e gestão de obras e serviços de saneamento. Na sequência do artigo, pretendo explorar estes aspectos a partir de uma narrativa sobre os primórdios do saneamento na cidade de Caxias do Sul, localizada no estado do Rio Grande do Sul.

### *O começo da urbanização em Caxias do Sul e o serviço de Asseio Público*

Na perspectiva que orientou este texto, o saneamento foi interpretado como parte do processo de urbanização em Caxias do Sul e como uma experiência socialmente construída,

---

patrimonial e as políticas públicas de habitação. No que diz respeito ao predomínio de estudos que problematizam as diferentes práticas de apropriação social e cultural das cidades, os estudos regionais sobre as cidades brasileiras refletem um crescente interesse dos pesquisadores pelos novos movimentos sociais e pelas práticas de sociabilidade produzidas no ambiente urbano.

a partir de relações entre a política, a higiene pública e a engenharia. Diante desta perspectiva, importa definirmos um marco inicial para a urbanização na respectiva cidade.

Cronologicamente, temos duas opções: a criação da Colônia de Caxias, em 1875; e a criação do município, ocorrida em 1890. A primeira opção parece ser a mais adequada, na medida em que permite a valorização do trabalho da Comissão de Terras do Império na demarcação dos lotes coloniais e abre a possibilidade de pensarmos a “gênese” da urbanização da atual Caxias do Sul.

O ato de criação da Colônia de Caxias não pode ser dissociado da política de imigração europeia implantada pelo Império na Província do Rio Grande do Sul. Os objetivos desta política eram a comercialização de terras devolutas para os imigrantes europeus e a diversificação da produção agrária na Província. Buscando atingir estes objetivos e cumprir a legislação que regulamentava a venda das terras devolutas, formou-se a Comissão de Terras do Império e iniciou-se a demarcação dos lotes. A Comissão escolheu um local para ser a sede Colônia e, a partir deste local, criou dois tipos de lotes: os urbanos (localizados em torno da sede) e os rurais (localizados em áreas mais afastadas). Os lotes urbanos possuíam maior valor comercial e, conseqüentemente, atraíram compradores com maior capital aquisitivo. Machado afirma que o preço dos lotes urbanos variava entre 10 e 80 réis, enquanto que o preço dos lotes rurais oscilava entre 2 e 10 réis (MACHADO, 2001, p. 49).

A escolha do local para demarcação da Sede Dantes e o uso do traçado geométrico na demarcação dos lotes atendiam ao objetivo de rápida comercialização das terras. Neste aspecto, a Comissão de Terras foi eficiente (RECH, 1984, p. 49). No entanto, o critério usado também gerou problemas para os imigrantes instalados em Caxias. A precariedade das estradas e o fato da Sede Dantes não estar no centro da Colônia, gerou a necessidade de criação de outras sedes. Desta forma, em 1883, a Colônia de Caxias possuía três sedes: “a Dante, ao norte da 5ª Léguas, a Nova Trento, ao sul da 15ª Léguas, e a pequena Nova Milano, na 1ª Léguas. As áreas que mais se urbanizaram foram a Sede Dante e a Sede Nova Trento. (STORMOWSKI, 2005, p. 32).

Segundo Giron (1977, p. 34) em 1884 existiam 257 proprietários de lotes urbanos na Sede Dante (o principal núcleo da Colônia de Caxias); destes, 100 declararam ao governo que não eram agricultores e muitos registraram sua ocupação como artesãos. Dentre os compradores dos lotes urbanos, também existiam funcionários do governo e comerciantes. O perfil dos compradores de lotes urbanos e o custo elevado destes lotes nos permitem afirmar que, desde o começo do povoamento da Colônia de Caxias, estava em curso um processo de concentração de capital na Sede Dantes. Com o tempo, o processo foi intensificado e permitiu o desenvolvimento do atual centro urbano de Caxias do Sul.

No período entre 1875 e 1884, a administração da Colônia estava sob controle da Direção da Colônia, órgão vinculado ao Ministério de Agricultura e Obras Públicas do Império.

Durante a administração das autoridades imperiais houve um fluxo contínuo de imigrantes e a população apresentou um expressivo crescimento: em 1878 existiam 3.849 habitantes em Caxias, cinco anos depois, este número havia atingido 7.359 habitantes (MACHADO, 2001, p. 81).

No ano de 1884, Caxias deixou de ser Colônia e foi incorporada ao município de São Sebastião do Caí. Esta mudança administrativa não impediu que os colonos manifestassem insatisfação com o poder público e apresentassem reclamações contra os elevados impostos, a precariedade das estradas e as dificuldades na comercialização do excedente agrícola (GIRON, 1977; MACHADO, 2001). Mesmo enfrentando adversidades, a economia de Caxias continuou crescendo e a emancipação passou a ser desejada pelas lideranças políticas locais.

Em 20 de junho de 1890, o governo estadual assinou o Ato de n. 257 e elevou Caxias à condição de município. A partir desta data, ampliou-se o espaço para a população caxiense participar das questões políticas locais através da eleição do Conselho Municipal e do Intendente.<sup>3</sup> No entanto, o voto era um direito restrito aos homens considerados alfabetizados e, conseqüentemente, a maior parte dos habitantes de Caxias permaneceu excluída do jogo político – um jogo que era controlado pela elite local, assim como ocorreu em tantas outras cidades do Brasil, na Primeira República.<sup>4</sup>

Composto por representantes da elite caxiense, o Conselho Municipal empenhou-se na produção de leis para organizar a cidade e viabilizar a gestão das finanças municipais. Em 1893, o Conselho aprovou a implantação do *Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias* e colocou em vigor diversas determinações referentes à preservação da higiene pública.<sup>5</sup> O Código incluía as seguintes proibições:

Art. 24 - Lançar nas ruas ou praças vidros, lixo, animais mortos ou parte deles, águas servidas ou qualquer outra coisa que possa prejudicar a quem passar. - Multa de 4\$000 (CÓDIGO DE POSTURAS, 1893, p. 5).  
[...]

<sup>3</sup> O Conselho Municipal era formado pelos vereadores e tinha como uma das suas principais atribuições a fiscalização das atividades realizadas pelo Poder Executivo Municipal (chefiado pelo Intendente).

<sup>4</sup> Ao longo do período da Primeira República, o número de eleitores cresceu em Caxias do Sul, mas a restrição do voto para mulheres e analfabetos – prevista na Constituição Federal de 1891 – permaneceu em vigor. Segundo o Relatório da Intendência de 1913, existiam em Caxias cerca de 50.000 habitantes, destes, 2.705 estavam alistados como eleitores estaduais e 1.593 como eleitores federais (MORAES, 1913, p. 65).

<sup>5</sup> As Posturas Municipais criadas no Brasil seguiam a tradição jurídica lusitana de conferir aos municípios autoridade sobre diversos assuntos. Elas foram usadas no Império e na Primeira República para organizar o espaço urbano e regulamentar o comportamento da população nas questões de interesse público. Segundo Weber, os Códigos “eram um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública, incluindo aí as relativas a saúde pública”. (WEBER, 1992, p. 8)

Art. 111 - Prejudicar a limpeza pública, lançar animais mortos ou outra imundície nos pátios e quintais, conservar águas estagnadas em seus terrenos urbanos. - Multa de 5\$000 (CÓDIGO DE POSTURAS, 1893, p. 14).

[...]

Art. 122 - Não remover para os lugares indicados pela intendência o estrume das estrebarias e lixo dos pátios. - Multa de 10\$000.

Art. 123 - Conservar latrinas sem ser no fundo dos lotes e em cavidades profundas, de modo que em tempo de chuvas não transbordem. - Multa de 10\$000 (CÓDIGO DE POSTURAS, 1893, p. 15).

Nas proibições citadas acima, percebe-se a preocupação das autoridades municipais com as práticas de higiene da população e, ao mesmo tempo, percebe-se a intenção de normatizar o uso do espaço urbano, tanto no plano físico, quanto estético e moral. A cidade desejada pelos legisladores caxienses deveria ser espacialmente organizada, limpa e salubre; e a sua população deveria estar capacitada para atender ao conjunto de práticas sociais moralmente aceitas e registradas no texto da lei. No entanto, a simples existência da lei não assegurava que as proibições prescritas fossem acatadas por toda a sociedade caxiense. O cumprimento das normas municipais enfrentaria obstáculos diversos, incluindo as próprias limitações do quadro funcional da Intendência e a força de práticas sociais reprovadas pelos legisladores.

No plano espacial, a implantação do *Código de Posturas* estabelecia uma importante distinção entre o perímetro urbano da cidade – área dentro da qual as “posturas” deveriam ser cumpridas – e a zona rural. Criou-se assim, uma divisão entre uma área da cidade que foi intencionalmente privilegiada pelo poder público, e a zona rural.<sup>6</sup>

O *Código de Posturas* de Caxias possuía um capítulo intitulado “Das aguadas e fontes” e o conteúdo dele indica uma intenção do poder público de legislar sobre o acesso às águas. No Artigo 35, a Intendência assumiu a responsabilidade pelo cercamento e limpeza das fontes localizadas em “logradouro público”, e na sequência do documento, fixou normas para o uso das fontes em áreas particulares.

---

<sup>6</sup> O efeito da lei na organização do espaço urbano é um assunto passível de diversas interpretações. Alguns autores salientam a valorização dos terrenos e imóveis das áreas centrais da cidade decorrentes da distinção entre zona urbana/rural; outros chamam a atenção para o fato de que a valorização comercial das áreas centrais pode envolver fatores culturais, além da localização dos prédios da administração pública nas respectivas áreas. Existem também autores que seguem a perspectiva adotada por Michel Foucault e que associam o uso da lei para divisão do espaço urbano ao processo de normatização da sociedade. Estas interpretações não são excludentes ou incompatíveis, entretanto, devemos estar cientes de que fontes documentais diferentes podem oferecer subsídios diferentes para a interpretação do processo histórico.

Art. 37 - O proprietário de lote rural em que haja fonte natural é obrigado a consentir que seu vizinho, em cujas terras não haja água potável, sirva-se dela.

§ único. Qualquer dano que sofra o proprietário da fonte, propositalmente ou por descuido desse vizinho ou gente sua, será indenizado por este em virtude de ordem da intendência. E provada a reincidência, não poderá mais entrar no terreno alheio.

Art. 38 - Quem servir-se da fonte dos vizinhos não poderá entrar na propriedade dos mesmos senão pela passagem que for por eles indicada. - Multas de 4\$000.

Art. 39 - Obstruir, sujar ou danificar as fontes e aguadas dos vizinhos. - Multa de 5\$000.

Art. 40 - Em caso de incêndio pode-se penetrar nos cercados e muros que guardarem fontes e açudes. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1893, p. 6-7)

Conciliando o direito de propriedade privada com o interesse público de acesso à água, o *Código de Posturas* de Caxias nos oferece um interessante registro de como aquele município administrava o uso dos recursos hídricos na transição do século XIX para o XX. No entanto, as Posturas criadas para assegurar o acesso da população às fontes de água não foram suficientes para impedir o atrito entre o proprietário de uma Xarqueada e moradores das proximidades do arroio poluído pelos resíduos do preparo do charque. No Relatório de 1916, o intendente informa os procedimentos tomados pela municipalidade diante do respectivo atrito.

Muito lucrará a saúde pública com a retirada da xarqueada das imediações da cidade, cessando, com isso, as reiteradas reclamações dos moradores das margens do arroio, cujas águas os detritos respectivos poluíam. Ficam, assim, conciliados os interesses desse importante o útil estabelecimento industrial com os da salubridade pública, razão pela qual a Intendência não relutou em cooperar também como lhe foi exigido, para aquisição do terreno em que está sendo o mesmo instalado, cedendo, pela quantia de 8:500\$000, preço da base da concorrência que - já havia aberto, o imóvel que possuía contíguo ao terreno adquirido para a referida instalação (MORAES, 1917, p. 6)

Visando conciliar interesses econômicos com a salubridade pública, a Intendência empenhou-se na remoção da xarqueada – cooperando financeiramente nesta remoção.

Estamos então diante de um conflito de interesses envolvendo o uso da água em Caxias do Sul e, ao mesmo tempo, diante de um exemplo ilustrativo da necessidade da intervenção do poder público na gestão do espaço urbano caxiense.

Conforme demonstram os dados estatísticos, o crescimento da cidade intensificou-se com a criação da ferrovia ligando Porto Alegre à Caxias. Inaugurada em 1910, a ferrovia facilitou o comércio com a capital do estado e diminuiu a interferência que os comerciantes das cidades de Monte Negro e São Sebastião do Caí exerciam no fluxo de mercadorias entre a região serrana e a capital do Rio Grande do Sul (GIRON; BERGAMASCHI, 2001).

Os documentos consultados indicam que a abertura e conservação das estradas, o policiamento da cidade e o fomento da produção agrícola foram prioridades para a Intendência de Caxias ao longo da Primeira República. Ao lado destas prioridades, surgiram novos assuntos que demandavam a atenção da municipalidade. Dentre os novos assuntos que foram gradualmente recebendo espaço nos Relatórios da Intendência, importa destacarmos a salubridade da população e a necessidade de obras e serviços de saneamento.

Nos primeiros relatórios apresentados pela Intendência ao Conselho Municipal da cidade, o quadro sanitário de Caxias está descrito como “bom”, “normal” ou “satisfatório” e o clima local é apontado como um importante fator de salubridade. A interpretação positiva da influência do clima na salubridade da população foi reafirmada em diversas ocasiões. Mas na segunda década do século XX, ao lado do discurso sobre o “bom estado sanitário” da cidade, surgiu uma crescente preocupação com o destino das “materias fecaes” geradas pela população. No Relatório referente ao ano de 1912, o intendente José Penna de Moraes, registrou esta preocupação da seguinte forma:

É preciso convir que Caxias não é mais uma pequena villa, sede de colônia, mas uma cidade bem dotada de elementos seguros para um porvir promissor. Não se deve confiar, exclusivamente, em suas invejáveis condições climáticas. Estas podem fallir, desde que os seus habitantes, sobretudo nos pontos de população mais compacta, não observem as prescrições indispensáveis de hygiene domiciliaria.

O quadro estatístico respectivo demonstra as condições favoráveis do nosso estado sanitário. O problema primacial o urgente em matéria de hygiene, como medida precaucional, não é outro senão a remoção das matérias fecaes. O detestável e condenado systema dos dejectos lançados em fossas fixas é ainda o adoptado em Caxias, com as suas constantes ameaças para a saúde publica, como é bem de ver. Seria preferível espalhá-los á superfície do solo, nos lotes mais ou menos



extensos. Os dejectos, assim atirados ao solo, não só mineralisam-se logo, sob acção do sol e do ar, como ainda esses agentes naturaes operam sobre elles como poderosos desodorantes. Evitam-se, assim, os maléficis effeitos das infiltrações, que convém impedir por todos os meios (MORAES, 1913, p. 7).

Na intenção de atacar o problema da contaminação do solo, do ar e das águas pelos dejetos fecais, o Intendente solicitou ao Conselho Municipal uma verba para criação de um serviço de Asseio Público. Este serviço entrou em vigor em janeiro de 1913 e foi gradualmente expandido e aprimorado pela Intendência. No Relatório referente ao ano de 1915, existe o registro de gastos no “Concerto de carro para remoção de materias fecaes” (10\$800) e o registro do “Concerto de 190 cubos para remoção de materias fecaes” (190\$000). A partir destes números, podemos inferir que o serviço atendia uma área restrita da cidade e que apesar de recente, estava gerando gastos para a municipalidade.

Em 1917, a Intendência apresentou, pela primeira vez, o valor arrecadado pelo município com a “Remoção de materias fecaes”.<sup>7</sup> A partir deste ano, o respectivo valor passou a ser registrado pela municipalidade e os números indicam um rápido crescimento neste item da receita.

Apresentar resultados positivos para as ações da municipalidade era um dos objetivos principais dos Relatórios que anualmente eram apresentados pelo intendente (ou pelo vice) aos membros do Conselho Municipal. Essa observação parece um tanto óbvia, mas é pertinente para pontuarmos as limitações dessa fonte documental. Seguindo a lógica de descrever o que foi feito e elogiar os resultados obtidos, o Relatório referente ao ano de 1920, apontou os benefícios do Asseio Público de Caxias:

Ha toda vantagem em substituírem-se os carros empregados na limpeza publica por caminhões adaptados a esse serviço. Como sabeis, em quadras centraes da cidade não só é mister remover as materias fecaes como o lixo e aguas servidas, etc. Aquellas são não só removidas como sepultadas em terrenos da Intendência, systema esse que tem dado óptimos resultados. O dr. Zenha Machado, chefe da missão Rockefeller, quando esteve nesta cidade, começou a sua prelecção, tecendo francos elogios a essa medida da municipalidade, podendo-se-

---

<sup>7</sup> A designação “Remoção de materias fecaes” aparece no quadro de despesas da municipalidade. No quadro de receitas, a municipalidade usava a designação “Asseio Público” – a mesma usada nos Relatórios para descrever as condições de funcionamento do respectivo serviço.

lhe mesmo attribuir, em grande parte, a diminuta porcentagem - de 20% apenas, de indivíduos atacados do mal da ferra, a mór parte dos quaes ou quasi todos vindos já atacados de outras lo-calidades do Estado. É também factó, como attestan a clinica medica e a observação quotidiana, terem diminuído, consideravelmente, ou mesmo desaparecido as moléstias do aparelho intestinal, que costumam grassar nos mezes do estio, desde que substituímos o antiquado o prejudicial systema de fossas fixas, pelo da remoção o sepultamento das matérias fecaes (SCHURI, 1920, p. 11).

As informações destacadas na citação acima devem ser consideradas como parte de uma fonte documental que possuía funções específicas dentro do sistema administrativo da época. Nesse sentido, o conteúdo dos Relatórios, sempre que possível, deve ser confrontado com outras fontes documentais. Pesquisando sobre o saneamento na imprensa de Caxias, encontramos, em um editorial do jornal *A Tribuna*, uma interessante avaliação sobre o serviço de Asseio Público e sobre as condições de higiene da cidade. Na opinião do jornal, a atenção que o intendente dedicava para a “higiyene” merecia reconhecimento, porém, ela não estava sendo o suficiente para evitar os “abusos e irregularidades” que ameaçavam a saúde da população. Sobre que “abusos e irregularidades” *A Tribuna* estava referindo-se? A resposta pode ser encontrada no próprio texto do jornal.

Há por ahi, desde os pontos mais centrais da cidade até as ruas de menor importância, casas e casas cujos quintaes são atulhados de lixo, cheios de aguas estagnadas, replectos de podridões, desprendendo gazes mephiticos, capazes de se transformar na origem de diversos males. Muitas vezes, no meio dessas estrumeiras em decomposição, são encontrados porcos a fucinhar, augmentando o perigo daquelles focos de moléstias, embora venha a recheiar mais tarde, com o peso de sua gordura, a bolsa de seus desprevenidos possuidores.

É preciso, portanto, por parte do funcionário encarregado deste serviço, toda a vigilância, toda a actividade possível, a fim de que sejam retirados esses animaes e limpos todos os quintaes do perímetro urbano que não estejam em boas condições de asseio. E que essa medida seja radical, praticada com maior energia e sem excecções odiosas e prejudiciaes.

Cumpra também evitar a todo custo, que as sargetas das ruas se transformem em escoadouros de águas pútridas e até de urinas e fezes humanas, como acontece com quem atravessa toda a Praça Dante, do lado do Hotel Menegotto, desde a rua Sinimbú até a rua Julio de Castilhos. Além de tudo, aos olhos dos nossos visitantes, aquilo constitui uma vergonha para nós, porque lhes pode parecer que nos falta justamente o mais rudimentar elemento de civilização: o asseio (A TRIBUNA. Caxias, 12 ago. 1920).

A matéria escrita pelo jornal *A Tribuna*, apesar de ser uma exceção no conjunto das fontes documentais consultadas, oferece elementos para pensarmos as duas faces da higiene pública: a face política e a face social. O autor do texto reclama do problema dos “porcos” que estavam dentro do “perímetro urbano” em contato com “os focos de moléstias” e, conseqüentemente, ameaçando a saúde da população. Essa reclamação pode parecer estranha, uma vez que criar porcos era uma prática comum na região colonial italiana; entretanto, ela encontrava respaldo no Artigo 121 do *Código de Posturas* de 1893 que fixava uma multa para a criação de porcos no “recinto da vila”. Outro aspecto que merece nossa atenção na citação anterior é que as “sargetas” de importantes ruas da cidade estavam sendo usadas como “escoadouros de águas pútridas e até de urinas e fezes humanas”. E na opinião do jornal, essa situação produzia, além dos inconvenientes estéticos e dos odores desagradáveis, o risco da depreciação da imagem de Caxias perante os visitantes.

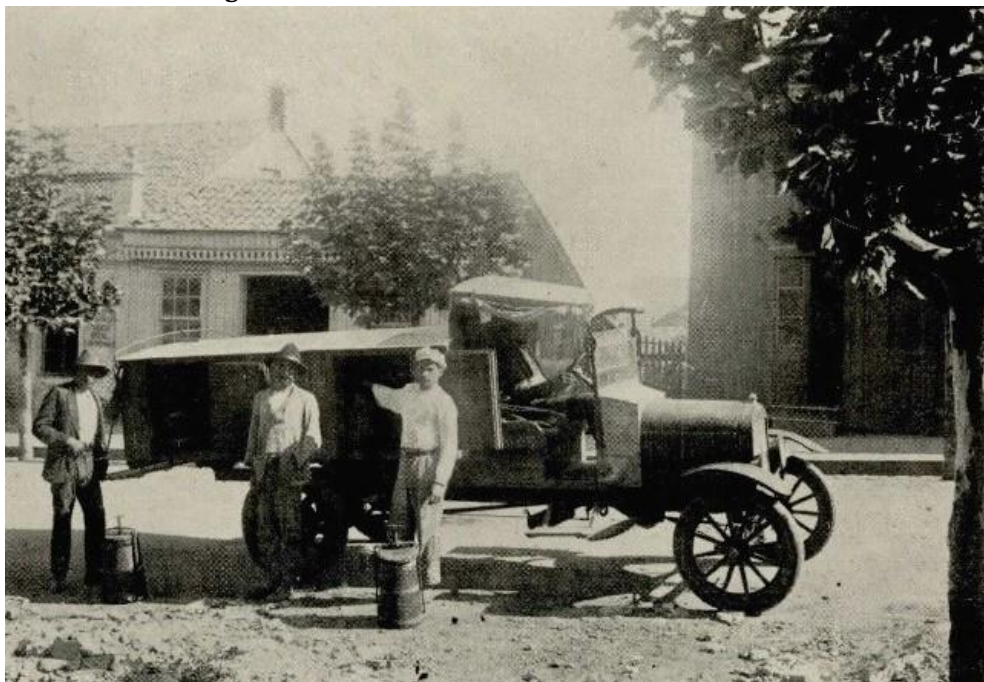
Quando a matéria citada foi publicada, havia uma legislação municipal para coibir as práticas anti-higiênicas dentro do “perímetro urbano” – espaço privilegiado das intervenções da administração pública. E como sabemos, o serviço de Asseio Público já estava em uso e havia um funcionário público especificamente encarregado da sua fiscalização. O que faltava então para que a cidade de Caxias desfrutasse de melhores condições sanitárias? Na opinião do jornal *A Tribuna*, a solução estava no combate ao uso indevido e anti-higiênico das “sargetas”, no rigor da vigilância e na limpeza de “todos os quintais do perímetro urbano que não estejam em boas condições de asseio.”

Nos documentos da Intendência consultados existem poucas referências sobre o funcionamento do Asseio Público. Foi na imprensa e, mais especificamente, no jornal *O Regional*, que localizamos um importante documento para compreensão de como este serviço público foi conduzido ao longo dos anos 20. Pelo “Edital de Concorrência para remoção do lixo e das matérias excrementícias”, publicado no dia 01 de janeiro de 1927, sabemos que o serviço foi oferecido para particulares e que a Intendência estipulou condições específicas para os interessados em participar da concorrência. As condições da concessão foram descritas em 18 itens, dos quais destaco os seguintes:

1. O serviço será estabelecido na zona urbana da cidade, dentro dos limites que a Intendência demarcar e será pelo prazo de dez annos, contados do dia da iniciação do serviço.
2. A Intendência reserva-se o direito de ampliar esta zona, si isso convier aos interesses publicos.
3. A remoção das materias excrementicias será feita com vasos de madeira ou de ferro (cubos) com capacidade dos actualmente em uso, com tampas de madeira apertadas por tarrachas de ferro, levando entre a tampa e o cubo um disco de couro.
4. Os cubos, hermeticamente fechados pela forma estabelecida na cláusula antecedente, serão em transportados em carros quatro molas, e inteiramente fechados.
5. O despejo das materias excrementicias será feito, no local do actual asseio público, e nas condições que Intendência determinar.
6. O serviço de remoção do lixo consistirá na limpeza das ruas que forem designadas pela Intendência e no transporte do lixo dos prédios particulares para o local do depósito.
7. A Intendência creditará ao contractador as taxas de remoção do lixo actualmente cobradas, ou o equivalente si essas taxas forem supprimidas ou diminuídas.
8. Ficarão isentos do serviço de asseio os prédios que tiverem installação sanitária em perfeito estado de funcionamento, só sendo permitido fazer installações novas mediante planta e instrucções fornecidas pela Intendência. (O REGIONAL, Caxias, 1 jan. 1927, p. 2).

A concessão de serviços de interesse público para empresas particulares foi uma prática comum nos municípios da Primeira República. Geralmente, a lógica das concessões estava em transferir para particulares um serviço que não estava ao alcance do governo por limitações técnicas e financeiras, mas este não era o caso do Asseio Público de Caxias. O serviço já estava sendo executado desde 1913 e os documentos indicam que a taxa cobrada dos usuários foi gradualmente superando a despesa com a “remoção das materias fecaes”. Dois anos antes de lançar o Edital para concessão do Asseio Público, o intendente descreveu investimentos feitos na qualificação do serviço: “Melhoramos, de facto, o edificio em que o vasilhame da remoção tem abrigo, concerto e limpeza e melhoramos também o systema de transporte adquirindo, um caminhão Ford, [...]” (GLOBBATO, 1926, p. 89). Com base no “Quadro Demonstrativo” apresentado em anexo no Relatório de 1925, sabemos que o Asseio Público de Caxias do Sul atendia, no respectivo anno, 430 prédios, distribuídos em 19 ruas. Nestes prédios, existiam 762 barris para “materias fecaes” e 4 barris para “aguas servidas” (GLOBBATO, 1926, p. 113).

Figura 1- Caminhão do Asseio Público em Caxias do Sul



Fonte: Relatório da Intendência de Caxias do Sul, 1925.

Observando os dados do Quadro, percebe-se a concentração dos usuários do serviço nas ruas Julio de Castilhos (159), na Sinimbú (57) e na Pinheiro Machado (59). Os dados apontados corroboram a ideia de que o Asseio Público era voltado especialmente para a higiene e salubridade do centro de Caxias.

Considerando o balanço financeiro do Asseio Público e os investimentos realizados para aprimorar a “remoção de materias fecaes”, a decisão da Intendência pela concessão do serviço para particulares, levanta a seguinte dúvida: O que teria então motivado a iniciativa da concessão anunciada no Edital de 1927? Cogitamos a hipótese de que os motivos seriam a possibilidade de ampliação do serviço, contemplada no segundo item do respectivo Edital, e a expectativa de qualificar as suas condições de funcionamento. Aqui, devemos ter em conta que a isenção da taxa do serviço para prédios que apresentassem condições sanitárias adequadas – prevista no item oito – era um incentivo tributário para os proprietários que estavam colaborando com o esforço de saneamento da cidade. E com a intenção de obter novos colaboradores, o item 14 do Edital informava:

A Intendência obrigará os proprietários de prédios situados dentro da zona do serviço de asseio a exgotarem e entulharem as fossas fixas existentes em seus quintaes e proibirá que se abram novas fossas e que

façam despejo dos materiais fecaes, nos quintaes dentro da mesma zona (O REGIONAL, Caxias, 1 jan. 1927, p. 2)

Obrigar a supressão das “fossas fixas” era uma forma de forçar os proprietários ao uso do Asseio Público e, ao mesmo tempo, era uma estratégia para melhorar a salubridade da população. E foi com este objetivo que, em 1929, a municipalidade e a empresa Randazzo – beneficiada pela concessão – providenciaram a mudança no local do descarte, limpeza e concerto dos cubos.<sup>8</sup> Neste mesmo ano, o despejo dos dejetos passou a ser feito em uma área com solo adequado e o Asseio Público passou a contar com um “Tanque Immof” construído especificamente para este serviço. A empresa Randazzo assumiu o custo das obras, recebendo como contrapartida, adiantamentos da municipalidade.

Qualificando gradualmente o Asseio Público, a Intendência realizou um avanço na promoção da desejada salubridade. Outro avanço ocorreu com as obras para o abastecimento de água. No entanto, os documentos indicam que a criação de um serviço público de abastecimento de água para Caxias, apresentou maior complexidade técnica e demandou um grande investimento financeiro.

### *O poder público e os primórdios do abastecimento de água em Caxias do Sul*

O *Código de Posturas* de 1893 registrou a preocupação da Intendência com a conservação e o uso das fontes públicas e particulares. Em 1916, a contaminação das águas pelos resíduos da Xarqueada existente na cidade demandou uma intervenção da municipalidade. Nestes dois casos, a prioridade estava em conservar os recursos hídricos – condição priori para que a população pudesse usá-los.

Uma preocupação mais direcionada para a oferta da água para população apareceu nos documentos da administração pública em 1919, quando o intendente José Penna de Moraes, informou ao Conselho Municipal sobre a aquisição de materiais para a construção de dois chafarizes de água na “quadra situada entre a praça Dante e a rua Dr. Barros Cassal (MORAES, 1920, p. 13).” No ano seguinte, o Inspetor de Obras Publicas, Jorge Schury,

<sup>8</sup> No Relatório da Intendência de 1926, no Quadro de Funcionário, consta o nome de Roberto Randazzo como “Fiscal do Asseio Público”. Possivelmente, este “Fiscal” tenha sido o criador da empresa Randazzo, que recebeu a concessão do serviço em 1927.

informava ao Conselho Municipal sobre a construção de um “reservatório d'água” na zona central da cidade. A construção deste reservatório com capacidade para 30 mil litros, assim como a instalação da bomba hidráulica e dos demais equipamentos necessários para o seu funcionamento, significou uma importante intervenção da municipalidade no abastecimento de água da população. Contudo, diante da crescente demanda, esta intervenção era insuficiente.

Em 1922, o abastecimento de água era feito por uma rede de 3.000 metros de canos (distribuídos entre o ponto de captação, o reservatório e os prédios conectados à rede). O serviço atendia 82 prédios, dentre os quais estavam os principais hotéis da cidade. Três anos depois, o abastecimento de água em Caxias do Sul continuava restrito à área central da cidade e o número de prédios atendidos havia subido para 149.

Os dados apresentados pelo Quadro abaixo, indicam que o abastecimento de água era insuficiente para uma cidade que possuía na época cerca de 1.500 prédios. Eles também ressaltam a concentração do serviço nas ruas Julio de Castilhos, Sinimbú, Marques do Herval e Pinheiro Machado; nestas ruas, estavam localizados 124 prédios do total de 149 atendidos por água encanada.

Figura 2- Quadro do abastecimento de água em Caxias do Sul, em 1925.

R U A S	Num. de Predios	Consumo em litros		Annual
		Diario	Mensal	
Julio de Castilhos.....	67	15.977	479.333	5:752.000
Sinimbú .....	25	7.775	233.116	2:797.400
Marquez do Herval.....	17	2.836	85.033	1:021.000
Pinheiro Macha lo.....	15	1.734	52.033	624.400
Bento Gonçalves.....	4	400	12.000	144.000
Andrade Pinto .....	6	1.400	42.000	504.000
Borges de Medeiros.....	3	317	9.500	114.000
Visconde de Pelotas.....	6	517	15.500	186.000
Dr. Montaury.....	2	547	16.400	196.800
Garibaldi .....	1	100	3.000	36.000
Ernesto Alves.....	1	787	23.625	283.500
Praça Dante.....	2	421	12.625	151.500
Total.....	149	32.811	984.215	11:810.600

Fonte: Relatório da Intendência, referente ao ano de 1925.

Observando os números apresentados para o ano de 1925 é fácil perceber que a incipiente rede de abastecimento de água criada pela municipalidade estava restrita ao centro da cidade e que apenas 10% dos prédios estavam conectados à rede.

Quantitativamente, era um serviço modesto e de certa forma, elitista. No entanto, a existência deste serviço público não pode ser dissociada do conjunto mais amplo das responsabilidades e despesas que a municipalidade caxiense possuía. Neste sentido, importa ressaltar que as despesas da municipalidade de Caxias do Sul cresceram rapidamente ao longo da Primeira República e, apesar do constate aumento nas receitas, a administração municipal acumulou sucessivos saldos negativos.

Outro fator que influenciava no desempenho das obras e serviços públicos era o limitado quadro de funcionários do município. Os documentos indicam que o número de funcionários cresceu expressivamente, sobretudo nas áreas da segurança, da educação e da administração. No entanto, a Inspetoria de Obras Públicas – setor responsável pelo abastecimento de água e por outros serviços – contava com apenas sete servidores, em 1925. Mesmo contando com poucos funcionários na sua repartição, o Inspetor de Obras Públicas estava empenhado em ampliar a oferta de água para a população.

Ainda podemos ligar umas 30 ou 40 casas, sem receio de que falte água. Mas, afinal, as nascentes que capturamos não podem fornecer mais do que têm. Com a nossa actual instalação só podemos atender um diminuto numero dos necessitados, e a falta de água cada anno se faz sentir mais. Por este motivo, e por vossa ordem, comecei o estudo na bacia do arroio Dal Bó, com os seus afluentes.

Ainda não consegui determinar o orçamento para este projecto, principalmente devido á falta de dados precisos sobre o custo do material, que cada dia fica mais caro. Porém, si tratássemos somente do fornecimento de água, independente do de exgottos, o custo não seria tão elevado, e com a própria renda do serviço atenderíamos ás depezas com a amortisação do capital, juros, conservação, etc. Se tratássemos simultaneamente do serviço de esgottos, o custo seria tão elevado, que a respectiva renda difficilmente poderia atender ao pagamento dos juros, e isto devido á situação topographica da cidade e á natureza do subsolo, que a pouca profundidade consiste em rocha compacta (MORAES, 1924, p. 41).

As palavras do Inspetor de Obras Públicas registraram com muita nitidez as preocupações que a Intendência de Caxias enfrentava a respeito do saneamento: Como prover a cidade de água em abundância e de uma rede de esgoto adequada para a sua topografia? Qual das duas demandas deveria receber prioridade? E qual delas era



financeiramente mais viável? Essas e outras questões já estavam sendo discutidas e analisadas pela administração pública caxiense no começo dos anos 20, quando a necessidade de estudos sobre as águas do Arroio Dal Bó foi colocada em pauta.<sup>9</sup> Posicionando-se sobre as possibilidades de investimentos no saneamento de Caxias, Jorge Schuri expressou a sua opinião:

O resumo da questão, no meu parecer, é o seguinte: Não podendo a cidade ainda atender às despesas com um serviço completo de água e esgotos, nem por isto a Administração Municipal deve cruzar os braços e deixar a cidade entregue a graves consequências de ordem sanitária. Acho que é de urgente necessidade entregar a questão à uma comissão de peritos competentes, para estudá-la, tanto sob o ponto de vista financeiro como hygienico. Entretanto, continuaremos a fornecer e a atender aos mais necessitados, com a nossa pequena instalação (MORAES, 1924, p. 43)

Na condição de Inspetor de Obras Públicas, Jorge Schuri desfrutava de uma posição privilegiada dentro do quadro de funcionários da municipalidade de Caxias. E a sua sugestão de “entregar a questão à uma comissão de peritos competentes” foi aceita pela Intendência que recorreu ao auxílio da Comissão Estadual de Saneamento.<sup>10</sup>

Atendendo ao pedido feito pela Intendência de Caxias, a Comissão, representada pelo engenheiro Antônio de Siqueira, iniciou o levantamento dos dados necessários para o abastecimento de água da cidade (estudo das variações no volume de água oferecido pelo Arroio Dal Bó, qualidade das águas deste manancial, escolha do ponto de captação, definição do traçado da rede adutora e da localização dos tanques para o tratamento da água e dos reservatórios). Enquanto os estudos técnicos estavam sendo executados por Antônio de Siqueira, a Intendência mobilizou-se para a viabilização financeira das obras.

Quando a Comissão Estadual de Saneamento concluiu o projeto e os orçamentos para a criação de uma rede de abastecimento de água da cidade, criou-se na sociedade caxiense uma grande expectativa em torno da realização das obras. No entanto, as finanças

---

<sup>9</sup> Na referência aos estudos sobre as águas do Arroio Dal Bó, encontramos outra função atribuída aos Relatórios da Intendência no sistema administração pública da época: em alguns momentos, eles apresentavam opções para novos investimentos públicos, e registravam os procedimentos que estavam em curso para a viabilização destes investimentos.

<sup>10</sup> A Comissão Estadual de Saneamento do Rio Grande do Sul foi criada pelo Decreto n. 2.373, de 11 de setembro de 1918 (RIO GRANDE DO SUL, 1920, p. 137). Ela estava vinculada à Secretaria Estadual de Obras Públicas e a sua finalidade era a auxiliar os municípios na elaboração e execução de projetos para abastecimento de água e para coleta e descarte do esgoto. Os trabalhos realizados pela Comissão foram pesquisados por autores como Weimer (1992), Lopes (2013) e Rückert (2016).

municipais impediam a realização imediata dos investimentos que as obras demandavam. Em 1924, Caxias contraiu um empréstimo com o Banco Nacional do Comércio e uma das cláusulas do contrato impedia a Intendência de contrair um empréstimo, sem a quitação total da dívida assumida com aquela instituição bancária.

Durante o ano de 1926 e os primeiros meses de 1927, os jornais de Caxias publicaram matérias noticiando a mobilização da Intendência para viabilizar financeiramente a execução das obras de abastecimento de água. A mobilização incluiu a solicitação de auxílio ao Ministério de Guerra<sup>11</sup> e a criação da “Caixa Municipal de Depósitos Populares” para os interessados em investir recursos na construção da Hidráulica Municipal.<sup>12</sup> A iniciativa foi noticiada pela imprensa que incentivou a colaboração da sociedade com o esforço da Intendência.

Urge pois, que todos os bons caxienses, que amam verdadeiramente a sua terra, depositem na “Caixa da Municipal de Depósitos Populares da Intendencia de Caxias” as quantias que estiverem ao seu alcance, que vencerão o juro de 8% annualmente e estarão completamente garantidas, além de outras vantagens que elevam o juro para 12%. Demonstrarão, desfarte, os nossos municipes a sua adesão aos esforços empregados pelo nosso ilustre amigo dr. Celeste Gobbato, intendente municipal, e pela comissão de propaganda do empréstimo, á cuja frente apparece a figura sympathica de Antônio de Padua Holanda Cavalcante, velho morador desta cidade e cuja acção tem sido coroadada do mais completo exilo. Muito se tem também esforçado nesse sentido o coronel Tancredo A. Feijó, que, por isso, bem merece a gratidão de todos os bons caxienses (O REGIONAL. Caxias, 23 jan. 1926. Editorial: Problemas Municipaes: Agua e luz).

---

<sup>11</sup> A solicitação da colaboração do Ministério de Guerra foi feita através da proposta de emenda no orçamento da União apresentada pela bancada gaúcha no Congresso Nacional. Ela era justificada pela existência de um quartel na cidade e pela necessidade de suprir as instalações militares de obras sanitárias (*O Regional*. Caxias, 28 de maio de 1927. Obras de saneamento no Quartel da cidade). A emenda orçamentária foi aprovada e a Ministério de Guerra concedeu 200:000\$000 para a Intendência aplicar nas obras de saneamento (*O Regional*. Caxias, 27 de junho de 1927. Serviços sanitários no Quartel da cidade).

<sup>12</sup> As contribuições recebidas pela “Caixa Municipal de Depósitos Populares” foram registradas como “créditos” da municipalidade. Na prática, eram empréstimos com garantia de juros de 8%. Em 1925, a Intendência listou 23 contribuintes na respectiva Caixa e registrou um total de 59:455\$000. Observando a lista e os valores depositados, percebe-se que os principais contribuintes eram o Banco Porto Alegrense (10:000\$000), o Banco da Província do Rio Grande do Sul (15:000\$000); o Banco Francês Italiano (15:000\$000), e o cidadão Luis Esquier (5:000\$000). Juntos, estes 4 contribuintes emprestaram 45:000\$000 para a Intendência de Caxias do Sul (GLOBBATO, 1926, p. 46-47).

A mesma imprensa que noticiou com entusiasmo o empenho da Intendência e a colaboração da sociedade em prol das novas obras de abastecimento de água, também registrou uma interessante matéria sobre as consequências da estiagem que atingiu Caxias do Sul, no começo de 1927. Naquela ocasião, a distribuição da água realizada pela municipalidade foi comprometida e surgiram protestos dirigidos ao governo municipal. Para conter a insatisfação dos contribuintes prejudicados, a Intendência noticiou no jornal a seguinte decisão:

[...] o dr. Celeste Gobbato, intendente municipal, determinou que não se procedesse á cobrança relativa ao mez de Março, estando sendo arrecadadas apenas as de Janeiro e Fevereiro. Determinou mais que sejam cortadas as ligações de todas as casas cujos locatários não hajam effectuado o respectivo pagamento, até o fim deste mês, afim de poder attender os numerosos pedidos de novas ligações que tem sido feitos ultimamente (O REGIONAL. Caxias, 15 abr. 1927. O abastecimento d'agua a' cidade).

A citação acima é oportuna para pontuarmos que o serviço de abastecimento por canos, iniciado em 1922, apesar de modesto, era importante para os moradores servidos pela água da Intendência e a irregularidade no seu funcionamento preocupava as autoridades municipais. Outro motivo de preocupação foi o crescimento no número de casos de febre tifóide – doença provocada pela *Salmonella Typhi* e transmitida pelo consumo de alimentos, objetos ou águas contaminadas por dejetos humanos. No Relatório de 1925, o intendente registrou a ocorrência de surtos epidêmicos de febre tifóide em Caxias e afirmou que na zona urbana, a doença era de “caracter verdadeiramente endêmico.” Como estratégia para combatê-la, a municipalidade intensificou a vacinação antitífica e investiu nas obras para ampliação do abastecimento de água (GLOBBATO, 1926, p. 54-55).

O objetivo da Intendência era oferecer “agua abundante e boa” e “entulhar os poços” que contribuíam para a transmissão da febre tifóide. Mas como ela poderia atingir este objetivo sem possuir os recursos necessários para a realização das obras? Os documentos consultados indicam que a solução para a limitação financeira foi a criação da “Caixa Municipal de Depósitos Populares” e a busca do auxílio do governo estadual (O REGIONAL. Caxias, 9 abr. 1927. Ainda o novo empréstimo). Foi por intermédio do Presidente do Estado, Borges de Medeiros, que a Intendência de Caxias obteve o valor que precisava para quitar seu débito com o Banco Nacional do Comércio e pôde contrair um novo empréstimo no valor de 3.000:000\$000, negociado com o aval do próprio governo estadual (O REGIONAL. Caxias, 29 jun. 1927. Empréstimo municipal). A colaboração do Estado para o saneamento da cidade,

apesar de prevista na Constituição Estadual e resguardada por cláusulas contratuais rígidas aceitas pela Intendência de Caxias do Sul, foi noticiada na imprensa como uma “boa ação” do governo estadual.

Para a consecução desse empréstimo em excellentes condições, muito se deve, como já dissemos, á intervenção do benemérito dr. presidente do Estado, quer prontificando-se a avalisálo em nome do Governo, quer intervindo, com a sua autoridade, no sentido de melhorar as suas condições, de molde a tornar suave para os municípios interessados os ônus que lhe advirão com a realização daquelle importante empreendimento financeiro. A nossa população, cabe testemunhar ao illustre Dr. Borges de Medeiros toda a sua sympathia e todo que seu reconhecimento pelo serviço incontesteste que lhe vem de prestar (GLOBBATO, 1926, p. 54-55).

No Relatório da Secretaria Estadual de Obras Públicas de 1927, o engenheiro Antônio de Siqueira informava que o projeto de abastecimento de água da cidade de Caxias do Sul estava concluído e que as obras estavam na sua fase inicial. O sistema de captação foi projetado pela Comissão Estadual de Saneamento para receber águas procedentes do Arroio Dal Bó e do Arroio Mestra, sendo o segundo, uma reserva para os períodos de estiagem. Em 1929, no Relatório da Secretaria Estadual de Obras Públicas, Antônio de Siqueira apresentou descrições detalhadas sobre os trabalhos realizados para captação e distribuição de água em Caxias do Sul. Com base neste documento, sabemos que as duas barragens direcionavam as águas para o complexo da Hidráulica Municipal, onde estavam instalados os tanques para decantação e os filtros (modelo Wold Lehmann) para realizar o tratamento químico com sulfato de alumínio e cal. Depois de tratada quimicamente, a água era lançada na rede de canos que estava subdivida em duas partes: uma “zona alta” e uma “zona baixa”, sendo cada uma delas provida de dois reservatórios (MOREIRA, 1930, p. 97-98).

Figura 3: Tanques para decantação da água na Hidráulica Municipal de Caxias do Sul



Fonte: Relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, 1929.

A execução dos trabalhos coube a Companhia Geral de Construções S.A., empresa paulista que venceu a licitação para a realização das obras. A empresa contratada trabalhou sob a fiscalização da Diretoria Municipal de Saneamento, criada em 1927. O governo do estado acompanhou a execução do projeto elaborado pela Comissão Estadual de Saneamento e fiscalizou a qualidade do material e das máquinas adquiridas para a construção do sistema de abastecimento de água de Caxias.

Em 19 de novembro de 1928, o serviço de abastecimento de água em Caxias do Sul foi inaugurado contando com uma rede de 30.889 metros divididos entre as linhas adutoras e os ramais de distribuição. Naquela ocasião, as obras de captação no Arroio Mestra ainda não estavam concluídas e com a chegada da estiagem, a regularidade do abastecimento foi comprometida. No intuito de ampliar a oferta de água disponível para a população, os funcionários do município iniciaram a captação na barragem do Arroio Maestra sem a realização dos testes necessários e sem a fiscalização dos técnicos da Comissão Estadual de Saneamento. A iniciativa danificou as bombas de recalque e foi criticada pelo engenheiro Antônio de Siqueira. Apesar deste problema técnico, em 1929 o serviço de abastecimento estava funcionando de forma regular.

A construção das barragens no Arroio Dal Bó e no Arroio Maestra, assim como a construção da Hidráulica Municipal e a instalação da rede de distribuição de água potável,

foram etapas importantes no processo de urbanização de Caxias do Sul. E ao término destas etapas, dois novos desafios estavam diante da municipalidade: (1) assegurar a viabilidade financeira do novo serviço – o que incluía pagar os empréstimos contraídos para a execução das obras; e (2) controlar o consumo dos usuários.

Na opinião do engenheiro Antônio de Siqueira, o controle do consumo era indispensável para evitar a sobrecarga das máquinas e a indesejada interrupção no fornecimento de água. No Ofício n. 86, encaminhado ao intendente de Caxias em 11 de março de 1929, o presidente da Comissão Estadual de Saneamento abordou a questão do consumo excessivo de água nos seguintes termos:

Lembro, também, da necessidade desta Municipalidade colocar hydrometros nos prédios abastecidos; do contrário o prejuízo será grande, pois, com a torneira livre, o consumo será três ou quatro vezes superior e as bombas de recalque terão fatalmente trabalhar que trabalhar, talvez as 24 horas do dia, quando poderiam abastecer a cidade com 6 ou 8 horas de trabalho. Julgo que, para evitar este inconveniente, a Municipalidade deveria fixar uma taxa por casa; o que excedesse, deveria pagar por metro cúbico, marcado pelo hydrometro (SIQUEIRA apud MOREIRA, 1930, p. 99).

No Relatório da Intendência referente ao ano de 1929, o último da série documental pesquisada, não foi possível conferir como a municipalidade conduziu a questão da instalação dos hidrômetros. O que observamos neste documento, foi uma preocupação com obras de reparo na barragem do Arroio Maestra e com a construção de ramais da rede distribuidora (QUEIROZ, 1930, p. 234-235). Possivelmente, o excesso no consumo não tenha sido considerado um problema relevante. O mais importante era conectar novos imóveis na rede para ampliar a arrecadação e diminuir o déficit gerado pela construção da Hidráulica.

### *Considerações finais*

No decorrer deste artigo, abordamos o desenvolvimento do serviço de Asseio Público e a criação da primeira rede de abastecimento de água na atual cidade de Caxias do Sul. Na

concepção que orientou a pesquisa nas fontes documentais, as ações da municipalidade voltadas para o saneamento, foram interpretadas como parte do processo de urbanização da cidade – processo que foi iniciado em 1875 com a criação da Colônia de Caxias e intensificado no decorrer da Primeira República.

Conforme demonstramos, o saneamento em Caxias do Sul ganhou importância a partir da preocupação da Intendência com a higiene pública e com a salubridade do ambiente urbano. Inicialmente, a municipalidade procurou atacar o problema do descarte das “materias feacas” implantando o serviço de Asseio Público. Posteriormente, ela providenciou investimentos para ampliar e qualificar o respectivo serviço. E, apesar dos constantes investimentos realizados pela Intendência, o Asseio Público permaneceu restrito ao núcleo de maior densidade populacional de Caxias do Sul. Ao término da Primeira República, mesmo depois de ter concedido a exploração do serviço de “remoção das materias feacas” para uma empresa particular, a municipalidade continuou investindo no Asseio Público, reconhecendo que ele era um serviço imperfeito, porém necessário, diante da inexistência da rede de esgoto.

Prover a cidade de um serviço de Asseio Público foi algo mais simples e mais econômico do que prover o abastecimento de água. Como consequência do aumento demográfico e da concentração populacional na área urbana, a demanda cresceu em ritmo acentuado e coube à municipalidade providenciar ações para ampliar a disponibilidade de água em Caxias do Sul. A experiência inicial de captação e distribuição, conduzida pelo Inspetor de Obras Públicas, Jorge Schuri, apesar de modesta, foi importante para a Intendência avaliar o comportamento da sociedade diante do novo serviço. Naquele contexto, as críticas recebidas pela irregularidade no abastecimento, durante a estiagem de 1926, foram um aprendizado para a municipalidade. Era preciso ampliar a oferta, investindo mais recursos na captação, no tratamento e na distribuição da água.

Nos documentos pesquisados, constatamos que a receita do município não comportava os investimentos necessários para construir um sistema de abastecimento de água adequado para as dimensões da cidade. Diante da insuficiência das suas receitas, a Intendência decidiu contrair empréstimos e buscou a cooperação do estado através da Comissão Estadual de Saneamento. Conforme demonstramos no texto, uma parte dos recursos aplicados no abastecimento de água foi obtida com a “Caixa Municipal de Depósitos Populares”; outra parte foi obtida com um empréstimo bancário autorizado pelo governo estadual. Neste sentido, importa ressaltarmos que a decisão da Intendência pelo uso de empréstimos e a cooperação do estado através do trabalho dos técnicos da Comissão Estadual de Saneamento foram fundamentais para o planejamento e construção das obras inauguradas em 1928.

Contando com um sistema de captação e distribuição de água adaptado para a sua topografia, e provida de um moderno sistema de tratamento da água, instalado na

Hidráulica Municipal, a cidade encerrou o período da Primeira República em condições de suprir de forma satisfatória a demanda da população residente no perímetro urbano. Iniciava-se então, um novo ciclo na história do saneamento e da urbanização em Caxias do Sul.

### *Fontes documentais*

CÓDIGO de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. Decreto n. 10 de 05 de março de 1893. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1893.

GLOBBATO, Celeste. *Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925. Apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Celeste Globbato.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926.

MORAES, José Penna de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias a 15 de novembro de 1912 pelo Intendente Major José Penna de Moraes.* Caxias: Typografia Popular – Mendes Filho, 1913.

MORAES, José Penna de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal a 15 de novembro de 1916 pelo intendente Coronel José Penna de Moraes.* Caxias: Typographia Popular – Mendes & Filho, 1917.

MORAES, José Penna de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel J. Penna de Moraes na sessão ordinária em 22 de dezembro de 1923.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

MOREIRA, João F. *Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engº Civil João Fernandes Moreira, Secretário do Estado dos Negócios das Obras Públicas. 1º Volume.* Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1930.

QUEIROZ, Thomas Beltrão de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Thomaz Beltrão de Queiroz referente ao período decorrido de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1929.* Caxias: Typ. da Livraria Mendes Caxias, 1930.

*O Regional (Jornal).*



RIO GRANDE DO SUL. *Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1918*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1920.

SCHURI, Jorge. *Relatório apresentado pelo Intendente Municipal de Caxias ao Conselho Municipal em sua reunião ordinária de 15 de novembro de 1920*. Caxias, 1920.

*A Tribuna (Jornal)*

## Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

ARRUDA, Rogério Pereira de. *Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*. 2011. Tese (Doutorado em História) - UFMG, Belo Horizonte, 2011.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992.

CAMPOS, Cristina. Ferrovias e urbanização. O processo de urbanização da zona pioneira da "Alta Paulista" (1905-1962). In: CAMPOS, Cristina; OLIVEIRA, Eduardo Romero; GITAHY, Maria L. Caira (Org.). *Território e cidades: projetos e representações, 1870-1970*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 93-113.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A segregação como fundamento da crise urbana. In: DANTAS, Eustógio W. Correia; SILVA, José B.; LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Panorama da geografia brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 47-57.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, estados: orígenes de la nación argentina. (1800-1846)*. Buenos Aires: Emicé Editores, 2007.

COULANGES, Fustel. *La ciudad antigua*. Madrid: Edaf, 1982.

- GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS, 1977.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos imigração italiana e comércio regional*. Caxias do Sul: Edusc, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- IBARRA, Antonio. *Mercado urbano y mercado regional en la Guadalajara colonial, 1770-1810*. México: Colegio de México, 2000.
- KROPF, Simone. Sonhos da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice (Org.). *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 69-155.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. *Santos: uma cidade na transição 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LOPES, André Luís Borges. “Sanear, prever e embelezar”: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitarista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.
- MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. *A influência do urbanismo sanitarista na transformação do espaço urbano em Florianópolis*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2002.
- MUMFORD, Lewis, *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OLIVEIRA, Márcio Pinón. Cidadania, violência e intervenções urbanas. In: SILVA, José B.; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Org.). *Panorama da geografia brasileira I*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 175-185.
- PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1964.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RANGEL, Tamara; LIMA, Nísia Trindade. A capital federal nos altiplanos de Goiás – medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 1940-1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 29-48, jan./jun. 2011.

RECH, Roberto. *Levantamento do loteamento da Colônia Caxias – fase colonial: 1875-1884*. Monografia (Especialização em História), Caxias do Sul, UCS, 1984.

ROMERO, José Luis. *Latinoamérica. Las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

ROSTOVTZEFF, Michael. *História de Roma*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. *O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

SANTOS, Fábio Alexandre. *Rio Claro: uma cidade em transformação*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2002.

SANTOS, Milton. *A pobreza urbana*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SILVA, Luiz Sérgio D. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1977.

STORMOWSKI, Marcia Sanoki. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, UFRGS, 2005.

TOYNBEE, Arnold J. *Ciudades de destino: de Atenas a Nueva York*. Madrid: SARPE, 1985.

TOYNBEE, Arnold J. *Ciudades en marcha*. Barcelona: Altaya, 1999.

VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

WEIMER, Günter. A política sanitária como diretriz de planejamento na república velha gaúcha. In: WEIMER, Günter (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 93-109.

Recebido em 13/03/2016

Aprovado em 24/03/2017